

DECRETO Nº 26.335/2013

Súmula: Dispõe sobre a divulgação dos Procedimentos contábeis patrimoniais e específicos adotados pelo município e o Cronograma de ações a adotar até 2014, conforme dispõe Portaria 828/2011, alterada pelas Portarias 231/2012 e 753/2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI e XII do art. 56 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a padronização dos procedimentos contábeis nos três níveis de governo, com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida no artigo 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda; e:

CONSIDERANDO o § 3º do art.8º da Portaria 437 de 12 de Julho de 2012, alterado pelos art. 1º da Portaria 753 de 21 de Dezembro de 2012;

D E C R E T A:

Art.1º. A ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, de acesso público, dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos adotados pelo município de Araucária - Paraná, e ainda, a implantação do cronograma de ações a adotar até o exercício 2014, as quais buscam a adoção das partes IV (Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP)

Art.2º. Fica estabelecido o “CRONOGRAMA DE AÇÕES A ADOTAR ATÉ 2014” do Município de Araucária - Paraná conforme os seguintes anexos:

ANEXO I – Poder Executivo Municipal

ANEXO II – Poder legislativo Municipal

ANEXO III – Companhia Municipal de Transporte Coletiva de Araucária – CMTC

ANEXO IV – Companhia de Desenvolvimento do Mun. de Araucária – CODAR

ANEXO V – Companhia Municipal de Habitação de Araucária – COHAB

ANEXO VI – Fundo de Previdência Municipal de Araucária - FPMA

Parágrafo Único: Os anexos dispostos no caput deste artigo são partes integrantes deste decreto.

Art.3. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araucária, 11 de junho de 2013.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I (Continuação)

III.1.5	Registro individualizado dos rendimentos vinculados ao FUNDEB	X	X	X	S		
III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)						
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE	X	X	X	NA		
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)	X	X	X	NA		
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)	X	X	X	NA		
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação	X	X	X	NA		
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP	X	X	X	NA		
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP	X	X	X	NA		
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO						
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício	X	X	X	AA		
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo	X	X	X	AA		
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência	X	X	X	AA		
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados	X	X	X	AA		
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer	X	X	X	NA		
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração	X	X	X	AA		
III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)				NA		
III.4.1	Operações intra-orçamentárias	X	X	X	NA		
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)	X	X	X	NA		
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária	X	X	X	NA		
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira	X	X	X	NA		
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência	X	X	X	NA		
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS	X	X	X	NA		
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro	X	X	X	NA		
III.5	DÍVIDA ATIVA						
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)	X	X	X	AA		
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais	X	X	X	S		
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial	X	X	X	S		
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade	X	X	X	AA		

ANEXO I (Continuação)

III.6	PRECATÓRIOS								
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas	X	X	X	AA				
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios	X	X	X	AA				
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais	X	X	X	AA				
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais	X	X	X	AA				
III.6.5	Registro individualizado da retenção de imposto de renda na fonte	X	X	X	AA				
III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS								
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio				S				
III.7.2	Reconhecimento da participação no consorcio como investimento avaliado pelo MEP				AA				
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público				AA				
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado				AA				
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO				S				
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial				S				
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária				S				
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle				S				
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis				S				
V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO				AA				
V.1	Balanco Orçamentário				AA				
V.2	Balanco Financeiro				AA				
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais				AA				
V.4	Balanco Patrimonial				AA				
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa				AA				
V.6	Demonstração do Resultado Econômico				NA				
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				AA				
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis				AA				
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis				AA				
V.10	Análise das demonstrações contábeis				AA				

ANEXO II (Continuação)

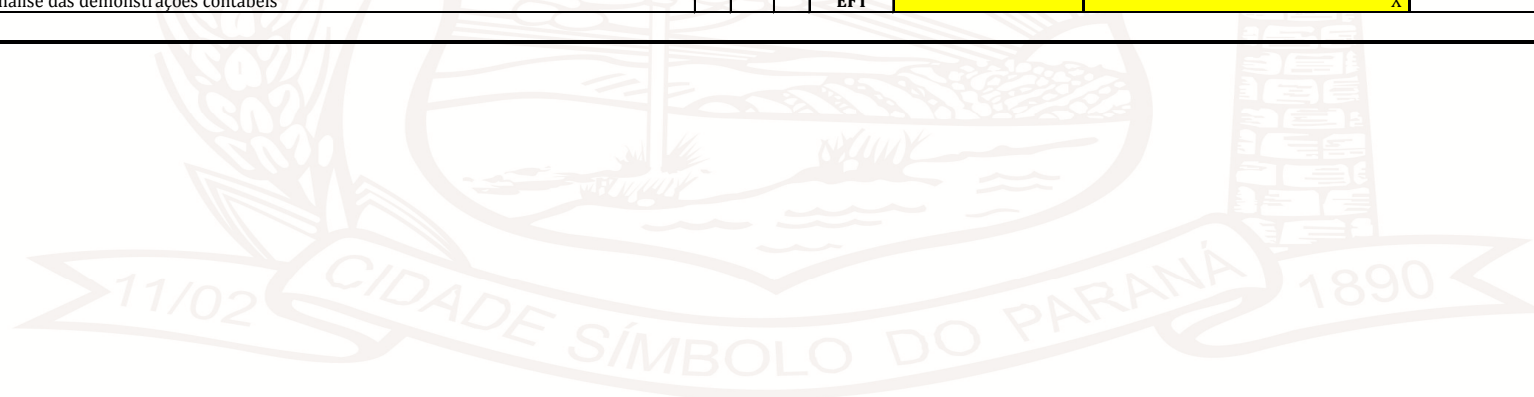
III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)				NA		
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE						
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)						
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)						
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação						
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP						
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP						
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO				NA		
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício						
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo						
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência						
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados						
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer						
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a <i>posteriori</i> de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração						
III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)				NA		
III.4.1	Operações intra-orçamentárias						
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)						
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária						
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira						
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência						
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS						
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro						

ANEXO II (Continuação)

III.5	DÍVIDA ATIVA					NA		
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)							
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais							
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial							
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade							
III.6	PRECATÓRIOS					NA		
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas							
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios							
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais							
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais							
III.6.5	Retenção de imposto de renda na fonte							
III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS					NA		
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio							
III.7.2	Reconhecimento da participação no consórcio como investimento avaliado pelo MEP							
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público							
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado							
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO							
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial					S		
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária					S		
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle					S		
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis					S		

ANEXO II (Continuação)

IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO							
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial				S			
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária				S			
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle				S			
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis				S			
V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO							
V.1	Balanco Orçamentário				S			
V.2	Balanco Financeiro				S			
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais				S			
V.4	Balanco Patrimonial				S			
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa				EFT			X
V.6	Demonstração do Resultado Econômico				EFT			X
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				EFT			X
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis				EFT			X
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis				EFT			X
V.10	Análise das demonstrações contábeis				EFT			X



III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)						
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE				NA		
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)				NA		
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)				NA		
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação				NA		
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP				NA		
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP				NA		
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO						
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício				NA		
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo				NA		
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência				NA		
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados				NA		
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer				NA		
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a <i>posteriori</i> de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração				NA		
III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)						
III.4.1	Operações intra-orçamentárias				NA		
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)				NA		
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária				NA		
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira				NA		
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência				NA		
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS				NA		
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro				NA		

ANEXO III (continuação)

III.5	DÍVIDA ATIVA						
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)				NA		
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais				NA		
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial				NA		
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade				NA		
III.6	PRECATÓRIOS						
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas				NA		
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios				NA		
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais				NA		
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais				NA		
III.6.5	Retenção de imposto de renda na fonte				NA		
III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS						
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio				NA		
III.7.2	Reconhecimento da participação no consórcio como investimento avaliado pelo MEP				NA		
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público				NA		
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado				NA		
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO						
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial			X	S		
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária			X	S		
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle			X	S		
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis			X	S		

ANEXO III (Continuação)

V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO						
V.1	Balço Orçamentário			X	S		
V.2	Balço Financeiro			X	S		
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais			X	S		
V.4	Balço Patrimonial			X	S		
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa			X	AA		
V.6	Demonstração do Resultado Econômico			X	AA		
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido			X	AA		
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis			X	AA		
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis			X	AA		
V.10	Análise das demonstrações contábeis			X	AA		



ANEXO IV (Continuação)

III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)				NA		
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE				NA		
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)				NA		
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)				NA		
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação				NA		
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP				NA		
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP				NA		
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO						
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício				NA		
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo				NA		
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência				NA		
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados				NA		
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer				NA		
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a <i>posteriori</i> de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração				NA		
III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)						
III.4.1	Operações intra-orçamentárias				NA		
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)				NA		
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária				NA		
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira				NA		
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência				NA		
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS				NA		
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro				NA		

ANEXO IV (Continuação)

III.5	DÍVIDA ATIVA						
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)				NA		
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais				NA		
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial				NA		
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade				NA		
III.6	PRECATÓRIOS						
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas				NA		
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios				NA		
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais				NA		
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais				NA		
III.6.5	Retenção de imposto de renda na fonte				NA		
III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS						
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio				NA		
III.7.2	Reconhecimento da participação no consórcio como investimento avaliado pelo MEP				NA		
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público				NA		
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado				NA		
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO						
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial			X	S		
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária			X	S		
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle			X	S		
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis			X	S		

ANEXO IV (Continuação)

V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO						
V.1	Balanço Orçamentário			X	S		
V.2	Balanço Financeiro			X	S		
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais			X	S		
V.4	Balanço Patrimonial			X	S		
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa			X	AA		
V.6	Demonstração do Resultado Econômico			X	AA		
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido			X	AA		
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis			X	AA		
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis			X	AA		
V.10	Análise das demonstrações contábeis			X	AA		



ANEXO V (Continuação)

III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)						
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE				NA		
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)				NA		
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)				NA		
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação				NA		
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP				NA		
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP				NA		
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO						
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício	X			EFT	X	
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo	X			EFT	X	
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência	X			EFT	X	
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados	X			EFT	X	
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer	X			EFT	X	
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a <i>posteriori</i> de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração	X			EFT	X	
III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)						
III.4.1	Operações intra-orçamentárias				NA		
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)				NA		
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária				NA		
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira				NA		
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência				NA		
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS				NA		
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro				NA		

ANEXO V (Continuação)

III.5	DÍVIDA ATIVA						
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)				NA		
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais				NA		
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial				NA		
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade				NA		
III.6	PRECATÓRIOS						
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas	X			EFT	X	
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios	X			EFT	X	
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais	X			EFT	X	
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais	X			EFT	X	
III.6.5	Retenção de imposto de renda na fonte	X			EFT	X	
III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS						
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio				NA		
III.7.2	Reconhecimento da participação no consórcio como investimento avaliado pelo MEP				NA		
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público				NA		
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado				NA		
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO						
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial	X	X	X	S		
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária	X	X	X	S		
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle	X	X	X	S		
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis	X	X	X	S		

ANEXO V (Continuação)

V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO						
V.1	Balanco Orçamentário	X	X	X	S		
V.2	Balanco Financeiro	X	X	X	S		
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	S		
V.4	Balanco Patrimonial	X	X	X	S		
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa				AA	X	
V.6	Demonstração do Resultado Econômico				NA		
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				AA	X	
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis				AA	X	
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis				NA		
V.10	Análise das demonstrações contábeis				AA	X	

Legenda

S - atendido

NA - não se aplica

AA - a atender

EFT - em fase de testes

ANEXO VI (Continuação)

III PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS							
III.1	FUNDEB				NA		
III.1.1	Aplicação dos recursos (objeto de despesa e prazo estabelecido)						
III.1.2	Registro pelos valores brutos						
III.1.3	Registro individualizado das deduções						
III.1.4	Registro pelo fato gerador (regime de competência)						
III.1.5	Registro individualizado dos rendimentos vinculados ao FUNDEB						
III.2	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)				NA		
III.2.1	Reconhecimento no BP dos imobilizados ou intangíveis constituídos pela SPE						
III.2.2	Reconhecimento no BP dos passivos assumidos decorrentes dos riscos assumidos (decorrentes dos ativos constituídos pela SPE)						
III.2.3	Provisões para riscos associados (contingências passivas)						
III.2.4	Registro dos contratos e garantias em contas de compensação						
III.2.5	Obrigações não relacionadas a serviços em contratos de PPP						
III.2.6	Contraprestações a pagar em contratos de PPP						
III.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO				NA		
III.3.1	Registro em contas de compensação dos valores com liberação contratualmente previstos para o exercício						
III.3.2	Registro dos passivos em Circulante e Não-Circulante, com transferências do longo para o curto prazo						
III.3.3	Registro da apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência						
III.3.4	Registro dos encargos financeiros a transcorrer (reduzida de passivo) - nos casos de juros pré-fixados						
III.3.5	Registro do arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro), incorporando o ativo arrendado em contrapartida com o passivo e juros a transcorrer						
III.3.6	Registro da assunção de obrigações sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, registrando Responsabilidades em Apuração						

ANEXO VI (Continuação)

III.4	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)						
III.4.1	Operações intra-orçamentárias				S		
III.4.2	Transferências previdenciárias/aportes (cobertura déficit financeiro, atuarial ou para gastos administrativos)				S		
III.4.3	Aporte para cobertura do déficit atuarial - operação intra-orçamentária				S		
III.4.4	Aporte para cobertura do déficit financeiro - interferência financeira				S		
III.4.5	Compensação previdenciária entre Regimes de Previdência				S		
III.4.6	Reserva Orçamentária do RPPS				S		
III.4.7	Plano Previdenciário e Plano Financeiro				S		
III.5	DÍVIDA ATIVA				NA		
III.5.1	Mensuração da dívida ativa ao valor recuperável, com ajustes para perdas (constituição, atualização, reversão)						
III.5.2	Registro da atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais						
III.5.3	Registro das baixas por recebimento, abatimentos ou anistias, cancelamento administrativo ou judicial						
III.5.4	Controle dos créditos vencidos, não quitados e daqueles não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade						
III.6	PRECATÓRIOS				NA		
III.6.1	Provisão para demandas judiciais ainda não julgadas						
III.6.2	Incorporação de passivo decorrente de Precatórios						
III.6.3	Registro dos Depósitos Efetuados nas Contas Especiais						
III.6.4	Rendimentos de aplicações das contas especiais						
III.6.5	Retenção de imposto de renda na fonte						

ANEXO VI (Continuação)

III.7	CONSÓRCIOS PÚBLICOS					NA			
III.7.1	Consignação na LOA dotação para despesas assumidas mediante contrato de rateio								
III.7.2	Reconhecimento da participação no consórcio como investimento avaliado pelo MEP								
III.7.3	Doação (do ente consorciado) e transferência de recursos em virtude de contrato de rateio registrados como aumento de participação no consórcio público								
III.7.4	Consolidação da execução orçamentária dos consórcios no ente consorciado								
IV	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO								
IV.1	Contas com Informações de Natureza Patrimonial					S			
IV.2	Contas com Informações de Natureza Orçamentária					S			
IV.3	Contas com Informações de Natureza Típica de Controle					S			
IV.4	Níveis de contas para consolidação das demonstrações contábeis					S			
V	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO								
V.1	Balanço Orçamentário					S			
V.2	Balanço Financeiro					S			
V.3	Demonstração das Variações Patrimoniais					S			
V.4	Balanço Patrimonial					S			
V.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa					EFT			X
V.6	Demonstração do Resultado Econômico					EFT			X
V.7	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido					EFT			X
V.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis					EFT			X
V.9	Consolidação das demonstrações contábeis					EFT			X
V.10	Análise das demonstrações contábeis					EFT			X

Legenda

S - atendido

NA - não se aplica

AA - a atender

EFT - em fase de testes